

A“Agenda Perdida” da Infância e a Geografia de Poder

Em nome das crianças e adolescentes negras mortas pelo Estado e abandonadas pela nossa funcionalidade ignorante, doentia e fatal

Poderíamos começar este artigo com dados e informações sobre a situação da infância no Brasil como é de costume. Mas os dados são tão explícitos e corriqueiros que se confundem com a banalização de vidas e histórias atreladas a estas estatísticas. Sabemos que pessoas morrem de forma brutal e absurda a cada hora. Temos albuns diários de fatos e situações que mais parecem uma ficção de bilheteria. Sofrer e morrer se transformaram em elementos normalizados diante da condição e existência da maioria da população brasileira, destaca-se as empobrecidas, residentes de tantas periferias e de cor nitidamente negra.

Durante o processo de redação deste texto duas notícias que aconteceram em menos de 48 horas retratam a trágica rotina de nossa pseudo-nação que conta com mais da metade das crianças em situação miséria (6 a cada 10 crianças vivem na pobreza – UNICEF/2018), ou seja, sem acesso à educação, saúde a serviços e condições básicas para a sobrevivência.

O jornal assim notícia de forma abrupta e escandalosa: “Nove pessoas morreram pisoteadas em evento de funk por causa de intervenção policial na comunidade de Paraisópolis”. Quem morreu? A estatística viciosa: negros, pobres e de periferia. O dia nem amanhece e outra manchete inacreditável: “Duas crianças morrem após incêndio atingir barraco na Zona Sul de SP”, de acordo com uma parente das vítimas, os pais das crianças cozinhavam em uma fogueira quando as chamas se alastraram. Fogueira? Barraco? Criança morando na rua? Aumentou no país os barracos e os puchadinhos nas calçadas com famílias inteiras, que dividem seu tempo no tradicional semafaro de qualquer bairro. Em pleno século XXI, com o contexto de desemprego e os altos preços do gás de cozinha, 14 milhões de famílias brasileiras usam lenha ou carvão para cozinhar.

Nestes dois casos trágicos, o primeiro executado pela mão do Estado denuncia a questão central: Política de Segurança baseada numa estratégia de repressão e extermínio da população pobre, negra e de periferia. A polícia existe para perseguir e matar negros e pobres. Este fato demonstra a Política em vigência na fala do próprio Governador de São Paulo: “Sentimos pelas mortes, mas a política de intervenção nas periferias frente ao Baile Funk vai continuar. Pois estas manifestações não devem acontecer para o bem da Sociedade”. “Bem da Sociedade”, que Sociedade é esta? Aonde nasceu este homem? Por onde anda e o que escuta nas suas horas vagas? Será que escutou a narrativa de uma mãe que vela o corpo do filho desfigurado pela munição da polícia, numa tarde quente de trabalho de sobrevivência? O segundo caso retrata algumas variáveis alarmantes: crianças vivendo em um barraco na rua. Família cozinhava em fogo feito a lenha. Mas porque acentuar e se ater a estes casos? Estas são histórias de tantas outras histórias com nome e sobrenome de uma história perversa e contraditória construída no Brasil, desde a colonização dos espanhóis e seus navios negreiros, até hoje nas negociatas de um capitalismo que se organiza, planeja, exclui, criminaliza e executa de forma legitimada pelo Estado, de tantos poderes e interesses leiloados e vendidos. Este mesmo Estado que apresenta sem nenhum pudor ou medo sua visão classista e racista de sociedade, que não governa para as pessoas, mas para instituições e grandes corporações. Retira direitos com premissa falaciosa de crise financeira e perdoa integralmente bancos com recordes de faturamento a partir da miséria dos cidadãos.

Mas o que este tema a ver com a chamada “agenda da infância e adolescência brasileira” e seus idealizadores e operadores de direitos? Tem tudo a ver e de forma mais crítica e abismal denuncia a omissão e a falta de compromisso destes atores e grupos frente esta Agenda Estratégica de Estado, que constrói projetos Econômicos para o faturamento e enriquecimento de grupos sem a base e os limites democráticos e humanos de justiça e equidade.

As últimas Políticas “reformadas” recentemente frente à Acordos e Leis Trabalhistas, da Previdência, do Meio Ambiente, do Sucateamento do Orçamento para a Educação, Saúde e Assistência, da Privatização de bens e mecanismos nacionais até as agendas unicornizadas e ideológicas do atual governo e seu bando de facistóides virtuais de plantão, que agem como donos da verdade e da lei.

Buscar entender esta avalanche de acontecimentos, situações e fatos de violação de direitos humanos e ambientais, com relação intrínseca e ontológica ao destino societário de crianças e adolescentes, parece ser o caminho mais urgente e razoável para uma possível saída coletiva concreta. Pois sem este passo de análise de articulação viveremos dias piores e mais trágicos: por exemplo comemoramos nestes últimos anos a diminuição de contaminação de HIV agora registra: “O Brasil teve um aumento de 21% no número de novas infecções por HIV entre 2010 e 2018, de acordo com dados divulgados pelo Programa Conjunto da ONU para HIV/Aids, o Unaid. O número coloca o país como um dos da América Latina com maior aumento de casos - foram cerca de 100 mil em toda a região”.¹ Entre este aumento mais de 100% no caso de crianças e adolescentes em três capitais.

Mas a crítica e percepção do que somos e temos como estrutura e mobilização de pessoas é necessária ser feita. Onde estamos e o que temos feito para incidir num Projeto de Estado.

Quando falamos de direitos de crianças e adolescentes logo imaginamos: ECA, Conselho Tutelar, Adoção, Trabalho Infantil, Meninos e meninas em situação de rua, ou “aqueles que infringem a lei”. Lembramos sempre de um Sistema, o tão conhecido e sonhado “Sistema de Garantia de Direitos”, como um mecanismo relevante para a vida e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Pois assim agimos e reproduzimos um mecanismo neste campo da promoção dos direitos de crianças e adolescentes nos últimos anos. A realidade foi aparelhada com tentativas de “respostas institucionais” que atendessem ao tão proclamado “interesse superior” de crianças e adolescentes. Em nome deste “interesse” investimos tempo, dinheiro e até o amortecimento de nossa consciência, de que algo bom e oportuno fizemos no campo político e programático para este público.

Mas foi neste sentimento e imaginário de processo de institucionalização, aparelhamento da realidade como um mecanismo industrial, de peças e produções, que abandonamos a importante, fundamental e a autêntica agenda da infância e adolescência que se articula com temas e debates que não são diferentes ou paralelos de outros grupos e pessoas. O debate sobre o projeto de Economia, Educação parte da prioridade das famílias trabalhadoras. Não detivemos visão ampliada, não nos mobilizamos e nem fizemos incidência nas agendas centrais e estratégias para a população, esquecemos que quando uma política é malfeita ou desenvolvida com caráter equivocado onde quer que esteja, o primeiro grupo ser impactado são das crianças, que está em “condição especial de desenvolvimento”.

¹ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/10/14/brasil-registrou-aumento-de-21-de-casos-de-aids-entre-2010-e-2018-diz-onu.htm?cmpid=copiaecola>

Se o coletivo que trabalha e promove os direitos de crianças e adolescentes quiser contribuir deverá superar seu tecnicismo estéril, a burocracia sistêmica de meros prestadores de serviços de uma política pública pronta e limitadora, de um puritanismo ignorante sobre a concepção da infância, como não sujeito social e político de uma realidade que exige criticidade, participação representativa e direta, mobilização popular e enfrentamento concreto com os atores e espaços de poderes totalitários e nada democráticos.

Recordo de mais três episódios plásticos deste condicionamento histórico da área da criança e do adolescente. Em 2016, quando a agenda de Redução da Idade Penal adentrava no Congresso como prioridade para os grupos conservadores e retrocedores, pessoas e grupos mobilizavam e convocavam que as entidades e movimentos ocupassem as ruas e adentrassem, se necessário no Congresso, para a queda desta fatal proposta para centenas e milhares de adolescentes. Quando começou a viralizar fotos de crianças com seus pais e educadores nestes atos de enfrentamento popular, pessoas e grupos considerados “representantes” e “expertos” dos direitos de crianças e adolescentes, diziam que aquilo era um absurdo, crianças e adolescentes não deveriam participar destes espaços e momentos. Elas deveriam estar em casa brincando, estudando e sendo cuidados, e outro argumentos como “isto é papel de militantes e que não devem utilizar de crianças para suas causas”. Este fato foi tão emblemático e simbólico para compreender quem são estes grupos e pessoas que, quem ocupou as ruas e as ações de mobilização em todo o país foi de modo massivo à juventude, com seus grupos e articulações de base organizada. A área da infância ali representada se mostrava como uma visão criminalizadora de ações mobilizatórias com crianças e adolescentes, e por outro lado, sem capacidade de organização massiva de articulação e incidência com seu grupo de defesa e atuação.

Outro episódio ocorreu quando em plena eleição presidencial, que culminou com a manobra vitória de Bolsonaro, ONGs, Fundações e grupos com grandes financiamentos e com uma “cara bonita e inovadora” frente ao trabalho e defesa de direitos de crianças e adolescentes. Estes grupos promoviam eventos enormes e caros com temas paliativos e que despertavam curiosidade pela “novidade temática”, um exemplo era: “Crianças como sujeitos de um processo de reorganização de jardins nas cidades”. Enquanto estes eventos aconteciam, sempre com uma logística gigantesca e de alto padrão, grupos, lideranças e coletivos de mobilização popular não tinham verba para se encontrarem e debaterem possíveis estratégias de resistência frente ao contexto atípico e emergencial em curso. Ou seja, a mesma agenda da infância dividida pelos interesses institucionais e corporativos isolados e desvinculado da agenda democrática e avassaladora de retrocessos em diversos setores e campos dos direitos humanos e ambientais. O último representativo aconteceu em um grupo de Whatsapp de uma articulação Latino Americana sobre os direitos de crianças e adolescentes, criada no início de 2019 e facilitada pela OEA. Em um dado momento um integrante brasileiro publica um artigo sobre “O Golpe à Democracia Boliviana, a Insurgência Popular no Chile e o descasos do Governo Brasileiro”. Imediatamente que publicou foi reprimido pelo facilitador e em seguida por vários integrantes, que alertaram de forma voraz: ali não era espaço político, e sim, meramente espaço de informações sobre a agenda da criança e do adolescente nos países e no mundo. Hein? Sim, deste modo aconteceu e assim se definiu que temas ligados à “política” e sobre “democracia” não deveriam ser introduzidas ali.

Estes três episódios demonstram o lugar institucional, representativo, social e político ocupado pela “área” e “expertos” da infância, que foi engolida pelo profissionalismo, tecnicismo operacional de um Sistema, que não avalia, não pensa, não projeta e não se movimenta de

forma dialógica frente as demandas da realidade tão contraditória. Este vácuo de presença e pensamento no espaço e agenda estratégica do Estado e das relações de poder à ele engendrado, tem causado um dano gigantesco: Mais de 13 milhões de desempregados, o emprego informal ultrapassou os 25% por cento, as mortes causadas por policiais tem aumentado a cada dia, nossas riquezas sendo depredadas, queimadas e vendidas como bala na esquina. Isto impacta de maneira gigantesca os grupos prioritários tais como: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e minorias, indígenas, quilombolas e tantos outros.

É fundamental que aqueles que se intitulam defensores e promotores de direitos de crianças e adolescentes façam uma “Moratória”, parar com o dever funcional que ocupa o tempo e as responsabilidades e pensar no que se passa no mundo e quais são as artimanhas colocadas por diversos grupos de interesse. Repensar é preciso! Por exemplo quais são as ações de mobilização e incidência oportunas, formas mais coletivas de financiamento de iniciativas com o foco numa agenda estratégica e colegiada, alinhar seus serviços e intervenções a partir de uma agenda comum e compartilhada, superar os especialismos nas causas para coisas e temas comuns, tais como: Educação, Cultura, Moradia, Justiça para todos e todas e não ter receio e medo de se meter nas agendas políticas de grupos e movimentos, como Reforma Agrária, Reforma Tributária, Economia Solidária, Diversidade, superar visão antropocêntrica de Organização e Ativismo... priorizar a reflexão histórica sobre o machismo e o racismo como barreiras estruturadas e institucionalizadas no Brasil. Somos um país machista e racista, e no horizonte, super adultocêntrico e esvaziado da história de relação de poderes. Sem esta perspectiva atitudinal e estratégica continuaremos a lutar com moinhos, enquanto isto, os donos das terras, da produção e do capital ambiental continuará a esmagar e oprimir a multidão de pessoas, entre elas nossas crianças e adolescentes.